INDICAÇÃO Nº , DE 2013

(Da Comissão de Educação)

Sugere ao Ministro de Estado da Educação incluir o Estudo das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, como disciplina obrigatória nos currículos do ensino médio.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação,

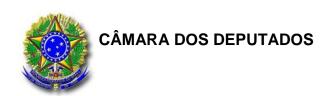
A ilustre Deputada Andreia Zito apresentou o Projeto de Lei nº 456/2011 que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para assegurar o estudo das normas regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho como disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio.

Na justificação, a autora afirma que sua proposta:

"visa, entre outras necessidades, o atendimento a política nacional de segurança e saúde do trabalhador, de modo que a clientela que se encontra nesse segmento estudantil, variável numa faixa etária onde acontece a transição da fase adolescente para a fase adulta e o iniciar das atividades profissionais nas diversas áreas, significa a preparação também voltada para a situação da segurança e saúde desses futuros trabalhadores".

Entre os conteúdos que gostaria de ver contemplados nos currículos do ensino médio, a nobre proponente ressalta:

"o estudo da legislação de segurança e saúde do trabalhador, como também o estudo de segurança e saúde no trabalho, com base no estudo da



legislação específica, pois legislação de а segurança é muito extensa e densa, envolvendo leis, decretos, normas, convenções, instruções normativas. etc. Portanto, talvez esteja aí a importância da inclusão do estudo das normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho, já definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego".

## Destaca ainda que:

"hoje, cada vez mais se pode afirmar que há a necessidade de se iniciar o estudo da legislação de segurança e saúde do trabalhador, já no ensino médio de forma compulsória, pois as necessidades são prementes à vista dos problemas de saúde relacionados ao trabalho que devem ser ressaltados, com o aumento das agressões e episódios de violência contra o trabalhador no seu local de trabalho, traduzidos nos acidentes e doenças do trabalho, violência decorrente de relações de trabalho deterioradas, como no trabalho escravo e envolvendo crianças. A violência ligada às relações de gênero e o assédio moral, caracterizada pelas agressões entre pares, chefias e subordinados. A degradação ambiental, originada nos processos de produção, armazenagem, expedição, distribuição e comercialização [é responsável] pela poluição do ar, do solo, das águas superficiais e subterrâneas e produz riscos e danos à saúde dos trabalhadores, da população do entorno e para o equilíbrio ecológico."

A Comissão de Educação ressalta a relevância do tema e dos propósitos deste projeto de lei, porém, a Súmula nº 1 de Recomendações aos Senhores Relatores, da antiga Comissão de Educação e Cultura e a Súmula de Jurisprudência nº 01, de 1994, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, recomendam que as propostas parlamentares que versem sobre inclusão de disciplina ou de proposta de alteração

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

curricular em qualquer modalidade de ensino deverá ser sempre concluir pela rejeição da proposta, ouvido o plenário, sugerida pela proposição do tipo INDICAÇÃO a ser encaminhada ao Poder Executivo, pois, por delegação, cabe à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE, deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação – MEC, por meio de Resoluções.

Assim sendo, tendo em vista as razões que acabamos de expor, encaminho a Vossa Excelência o pleito da então Comissão de Educação e Cultura para a inclusão do Estudo das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, como disciplina obrigatória nos currículos do ensino médio.

Sala das Sessões, em de

de 2013.

Deputado ARTUR BRUNO

Presidente da Comissão em Exercício



## REQUERIMENTO Nº , DE 2013.

(Da Comissão de Educação)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo incluir o Estudo das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, como disciplina obrigatória nos currículos do ensino médio.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V.Exa. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo incluir o Estudo das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, como disciplina obrigatória nos currículos do ensino médio.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado ARTUR BRUNO

Presidente da Comissão em Exercício